

CONEXÃO FISCAL

Revista da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas
Gerais - AFFEMG Ano 1 | Número: 04 | JUL/AGO/SET/2026

CRÉDITO: REPRODUÇÃO DA OBRA DE MAGDA ARIETA, "ENTRE VÉUS" ACRÍLICA SOBRE TELA PARA EXPOSIÇÃO DE ARTE DA AFFEMG

ESTUDO TÉCNICO

Dívida de Minas: o que
está por trás de uma
conta que não fecha

ARTIGO

Entre a indignação e a
gratidão: como proteger
o que realmente importa.
Por Pedro Muglia

ESTAR EM SI, AGIR NO MUNDO

Reflexões provocadas pela
17ª Exposição de Artes da
AFFEMG - Solitude (foto capa)

SE VOCÊ PUDESSE ESCOLHER UM LUGAR PARA A VIRADA...



Bahia



Rio de Janeiro



São Paulo

Marque um **X** na sua Vila Mares favorita e prepare-se!



☐ Santa Cruz Cabrália



☐ Cabo Frio



☐ Guarujá

FESTA DESCOMPLICADA

Só na Vila Mares você celebra as festas de fim de ano com
ceias completas + espumante de cortesia.
Disponíveis em todas as unidades no **Natal e Réveillon.**

Garanta já a sua reserva!
Vagas limitadas.



Reservas

turismo.reservas@affemg.com.br

Informações

(31) 3289-5700 | opção 4

EDITORIAL

HÁ MOMENTOS EM QUE COMEMORAR TAMBÉM É RESISTIR.

Setembro é, para nós, um mês de celebração. É quando o calendário nos lembra que temos uma profissão a homenagear: o Auditor Fiscal. Uma atividade essencial ao Estado, à arrecadação, à justiça fiscal e, em última instância, à garantia das políticas públicas que chegam à sociedade.

É também o mês em que celebramos, agora em âmbito nacional e estadual, o **Dia do Auditor Fiscal**.

Mas este ano, confesso, tivemos pouco espaço para os parabéns.

Nos últimos meses, nossos canais de comunicação estiveram muito mais ocupados em pedir reconhecimento do que em celebrar conquistas. Porque os Auditores são nossa razão de ser. São o motivo pelo qual a AFFEMG existe, trabalha e se reinventa todos os dias. **A Associação é feita por Auditores. É feita por Auditores voluntários, que escolhem dedicar tempo, energia e disposição à defesa de uma carreira que é também defesa do Estado.**

E é justamente por isso que dói

quando esse trabalho não encontra o reconhecimento que merece.

Vivemos um momento em que nossa gratificação por produtividade permanece sem norte, aguardando uma decisão na Assembleia Legislativa. Um momento de transição no Sindifisco-MG. Um momento em que também se definem os rumos políticos do país e, com eles, a expectativa sobre que lugar nossos futuros governantes reservarão ao Fisco.

O Estado compreenderá a dimensão estratégica de quem faz a arrecadação acontecer? Ouviremos e seremos ouvidos? O Fisco será tratado como parte essencial da construção de políticas públicas ou continuará sendo lembrado apenas quando se fala em números?

Foi para provocar esse diálogo que, mais uma vez, a AFFEMG se uniu a outras entidades na realização do **Conversa com o Candidato**. Abrimos espaço para que os candidatos apresentassem suas propostas para a área fazendária e, sobretudo, para que conhecessem as

necessidades de quem vive o Fisco por dentro. Ouvimos diferentes planos, ideias e compromissos. Nem todos compareceram. Mas seguimos fazendo a nossa parte: perguntando, ouvindo e colocando a pauta fiscal no centro do debate.

Porque o futuro também se constrói com diálogo.

E se há um futuro que já começou, ele atende pelo nome de reforma tributária.

Estamos diante de uma transformação profunda, que exige conhecimento, responsabilidade e capacidade de distinguir informação de ruído. Em meio ao processo de implantação e aos ajustes que ainda virão, testemunhamos também o mau uso das redes digitais como terreno fértil para dúvidas, distorções e fake news.

A resposta da AFFEMG é aquela que conhecemos e defendemos: **informação qualificada**.

É por isso que nossos grupos de estudos

técnicos têm papel tão importante. E é por isso que esta edição inaugura a coluna **Mitos e Verdades**, uma parceria com a ESAT, para ajudar a separar o que é fato do que é desinformação e tornar mais compreensível uma mudança que afetará toda a sociedade.



Mas informação também precisa ser acessível.

A tecnologia, a inovação e a inteligência artificial abrem possibilidades extraordinárias e estão entre os temas que valorizamos e acompanhamos atentamente. Mas não podemos ignorar o outro lado dessa transformação: para uma parcela da população, o avanço tecnológico pode significar também novas barreiras, novas distâncias e novas

formas de exclusão.

Avançar não pode significar deixar pessoas para trás.

Essa reflexão atravessa o artigo de opinião desta edição e nos lembra que nenhum avanço tecnológico substitui a escuta, o acolhimento e a

presença humana. A AFFEMG acredita na inovação, mas acredita também em canais humanizados. Em tecnologia a serviço das pessoas — e não no lugar delas.

Enquanto olhamos para o futuro, há uma conta do passado que continua batendo à nossa porta: a dívida de Minas Gerais.

É uma conta que preocupa. Uma conta que parece não fechar.

Nesta edição, trazemos com exclusividade uma análise do relatório preliminar da **Auditoria Cidadã da Dívida**, que examina o refinanciamento firmado entre Minas Gerais e a União em 1998 e aponta uma série de questões que, segundo a entidade, precisam ser esclarecidas por meio de uma auditoria integral.

A AFFEMG leu o documento, percorreu seus principais pontos e extraiu aquilo que consideramos essencial para que nossos leitores possam conhecer, compreender e refletir sobre um dos temas mais importantes das finanças públicas mineiras.

Porque também é papel de uma entidade de classe olhar para além de seus próprios muros.

E talvez seja justamente quando reunimos todas essas inquietações — a carreira, a remuneração, a representação, a política, a reforma tributária, a dívida, o futuro do Estado — que conseguimos compreender a dimensão do que significa ser Auditor Fiscal hoje.

Por isso, esta edição reserva um espaço especial para ouvir quem vive essa realidade na pele.

A convite da **Conexão Fiscal**, o Auditor Fiscal Pedro Muglia, empossado há pouco mais

de dois anos, colocou em palavras suas aspirações, seus sonhos, suas inquietações e também suas decepções com a carreira na Fazenda Mineira.

Seu depoimento nos toca porque não fala apenas de uma trajetória profissional. Fala de expectativas. De pertencimento. De escolhas. E daquilo que acontece quando alguém chega a uma carreira acreditando em seu propósito e, pouco tempo depois, se vê obrigado a perguntar para onde ela está caminhando.

Talvez suas palavras sejam, em alguma medida, as palavras de muitos.

E talvez seja esse o sentido mais profundo desta edição.

Temos muito pelo que lutar. Temos motivos para nos preocupar. Mas temos também algo que não está à espera de votação, decreto ou consenso político.

Temos a nossa capacidade de permanecer juntos.

A AFFEMG existe porque os Auditores acreditam que, organizados, podem ser mais fortes. E é essa convicção que nos move nos momentos de celebração, mas, sobretudo, nos momentos de dificuldade.

Que esta edição seja, portanto, mais do que um registro de um trimestre de inquietações.

Que seja um convite à reflexão, ao diálogo e à esperança.

SUMÁRIO

Editorial	01
Estudo Técnico	05
Eleições 2026	10
Transição Sindifisco-MG	11
Dia Estadual do AFRE	12
Conversa com Candidato	15
Entre a indignação e a gratidão	18
Causos de Fazenda	20
Reforma Tributária (ESAT)	21
Calendário de Eventos	22
O lado sombrio da inovação tecnológica	23
Espaços Sempre Saúde	25
Entrevista	30
Receita Solidária	32
17º Exposição Solitude	33
Galeria	37
Epitáfio	56



Estudo técnico

O que está por trás de uma conta que não fecha

PÁGINA 05



Artigo

Entre a indignação e a gratidão

PÁGINA 18



Exposição

Reflexões provocadas pela 17ª Exposição de Artes da AFFEMG - Solitude

PÁGINA 33

EXPEDIENTE

REVISTA CONEXÃO FISCAL uma publicação da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais - AFFEMG

Diretoria Executiva Diretora-Presidente **Sara Costa Felix Teixeira** Diretor Vice-Presidente **Marco Túlio da Silva** Diretora Administrativo Financeira **Lenivanda Oliveira Miranda Barbosa** Diretora de Comunicação, Planejamento e Tecnologia **Rose Laura Lopes Pinto** Diretor de Comunicação, Planejamento e Tecnologia Adjunto **Lindenberg Naffah Ferreira** Diretor de Estudos Técnicos e Relacionamento Institucional **Lucas Rodrigues Espescht** Diretor de Estudos Técnicos e Relacionamento Institucional Adjunto **Eduardo de Souza Assis** Diretor de Relacionamento com Associado **José Aparecido de Pádua** Diretora de Relacionamento com Associado Adjunto **Sônia de Lourdes Salgado**

Diretoria Regional Regional Baixo Rio Grande **Sylvio Macario Pereira Alves Júnior** Regional Centro-Norte **Rubens Simão da Rocha** Regional Mata **Astolfo Geraldo de Andrade** Regional Metalúrgica **Geraldo Pereira Borges** Regional Mucuri **Mariza Onofra de Carvalho** Regional Norte **Maria Teresa de Abreu Versiani** Regional Oeste **João Márcio Gonçalves** Regional Paranaíba **Luís Eduardo Carmona Fernandes** Regional Rio Doce **Moacir Medeiros Diniz** Regional Sudoeste **João Bosco de Santana** Regional Sul **Marcelo José Lins Barbosa** Regional Vale do Sapucaí **José Roberto Rizzeto**

Conselho de Administração Membros Efetivos Ativos: **Ana Cíntia Morato de Lara, Arnaldo Sato, Marise Angelica Moreira Elerati, Marco Antônio Couto dos Santos** Membro Suplente Ativo: **Itamar Peixoto de Melo, Helder Luiz Costa** Membros Efetivos Aposentados: **Maria das Dores Caetano de Oliveira Alves, Edvaldo Ferreira, David Araújo, Maria do Carmo Silveira Nascimento** Membro Suplente Aposentado: **Marcos Vinicius da Cunha, Elenise Cançado Lala**

Conselho Fiscal Membros Efetivos: **Francisco Mota Santos, Francisco Lourenço Dias, Maurício Prado, Nelson Gomes dos Santos** Membros Suplentes: **Sirne Alcides Costa Salim, Antônio Martins Dias Filho**

Jornalista responsável: **Raquel Capanema - 10302-MG - Akemi Duarte - 16194MG** Proj. Gráfico e Diagramação **Carlos Domingos - MTB 6050/MG** Edição: **Gráfica Editora Cedáblio Ltda** Tiragem: **3250 exemplares** Envie sua correspondência para a **Conexão Fiscal**: comunicacao@affemg.com.br; rua Sergipe, 893, Funcionários, CEP: 30.130-171. Telefone: (31)3289-5613. O conteúdo dos textos e dos anúncios publicados nesta edição não refletem, necessariamente, a opinião da AFFEMG.

Telefones/e-mails úteis:

Geral (31) 3289-5600, affemg@affemg.com.br Assessoria de Comunicação: (31) 3289-5613/ comunicacao@affemg.com.br Serviço Social (31) 3289-5626/social@affemg.com.br Setor jurídico (31) 3289-5611, 3289-5610, 3289-5608 e juridico@affemg.com.br Fisco Corretora 3289-5686, 3289-5684, 3289-5640/fiscocorretora@fiscocorretora.com.br Financeiro (31) 3289-5604, 3289-5603, 3289-5602/ financeiro@affemg.com.br Vila Mares (31) 3289-5636/ turismo.reservas@affemg.com.br

DÍVIDA DE MINAS: O QUE ESTÁ POR TRÁS DE UMA CONTA QUE NÃO FECHA

Relatório preliminar da Auditoria Cidadã da Dívida examina o refinanciamento firmado entre Minas Gerais e a União em 1998 e aponta uma série de questões que, segundo a entidade, precisam ser esclarecidas por meio de uma auditoria integral

Minas Gerais tinha uma dívida de aproximadamente R\$ 14,9 bilhões com a União quando foi firmado, em 1998, o acordo de refinanciamento que reorganizou o passivo do Estado. De lá para cá, o Estado pagou R\$ 55,1 bilhões em juros e amortizações. Ainda assim, ao final de 2025, o estoque da dívida alcançava R\$ 182,1 bilhões.

Os números, apresentados no Relatório Específico Preliminar de Auditoria Cidadã da Dívida nº 2/2026, produzido pela Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) e atualizado em setembro deste ano, ajudam a dimensionar a complexidade de uma discussão que há décadas atravessa as finanças públicas mineiras.

A pergunta central que emerge do documento é simples de formular, embora complexa de responder: como uma dívida que já recebeu pagamentos equivalentes a quase quatro vezes seu valor original ainda pode apresentar um saldo tão elevado?

A resposta exige voltar no tempo, entender como a dívida foi formada, quais condições financeiras foram estabelecidas

no refinanciamento de 1998 e como essas condições alteraram o saldo ao longo dos anos.

O PONTO DE PARTIDA: O ACORDO DE 1998

O refinanciamento foi realizado com base na Lei Federal nº 9.496/97, dentro do chamado Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados (PAF). A operação também envolveu o Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária (PROES), relacionado ao saneamento e à privatização dos bancos estaduais.

No caso mineiro, o relatório identifica dois grandes componentes.

O contrato do PAF, assinado em fevereiro de 1998, envolveu cerca de R\$ 10,185 bilhões. Já o PROES incorporou ao estoque da dívida aproximadamente R\$ 4,34 bilhões, segundo o contrato analisado. Entretanto, uma tabela fornecida pelo Tesouro Nacional à CPI da Dívida Pública da Câmara dos Deputados registra R\$ 4,698 bilhões relativos ao PROES — ↗



uma diferença de aproximadamente R\$ 358 milhões que o relatório considera relevante para a investigação.

É justamente nesse segundo componente que aparece uma das questões mais sensíveis levantadas pela ACD.

Segundo o relatório, parte significativa do valor refinanciado correspondia a passivos de instituições financeiras estaduais — BEMGE, CREDIREAL e MINASCAIXA. A entidade sustenta que a natureza desses passivos não foi suficientemente esclarecida e que eles passaram a integrar a dívida pública estadual sem que sua origem fosse devidamente auditada.

O documento, portanto, não questiona apenas o tamanho atual da dívida. Questiona também o que exatamente compunha a dívida que Minas assumiu em 1998.

UMA DÍVIDA QUE CRESCER MESMO COM PAGAMENTOS

O aspecto mais expressivo do levantamento está na evolução do estoque.

De acordo com os dados utilizados pela

ACD, Minas Gerais começou 1998 com aproximadamente R\$ 14,9 bilhões em dívidas refinanciadas no âmbito do PAF e do PROES. Entre 1998 e 2025, pagou R\$ 55,1 bilhões. Mesmo assim, o saldo chegou a R\$ 182,1 bilhões no final de 2025.

Em outras palavras, o Estado desembolsou um valor próximo de quatro vezes o montante originalmente refinanciado e, ainda assim, o estoque da dívida se multiplicou por mais de 12 vezes.

Há uma ressalva importante: o próprio relatório afirma que o valor de R\$ 182,1 bilhões resulta da soma de diferentes parcelas apresentadas atualmente nas bases do Tesouro Nacional. Segundo a ACD, parte da dívida original foi desmembrada ao longo dos anos em outros componentes, alguns deles relacionados a obrigações que tiveram a União como garantidora. Por isso, a entidade considera necessária uma auditoria que permita identificar com precisão quanto do estoque atual corresponde à dívida originalmente refinanciada pela Lei nº 9.496/1997. 

O PAPEL DOS JUROS E DO INDEXADOR

Para compreender a trajetória da dívida, é preciso olhar para as condições estabelecidas no contrato.

No refinanciamento do PAF, Minas ficou submetida à atualização monetária pelo IGP-DI, acrescida de juros reais de 7,5% ao ano. No PROES, a taxa prevista era de 6% ao ano. Além disso, o Estado ficou obrigado a comprometer 13% de sua Receita Líquida Real (RLR) com o serviço da dívida.

O relatório considera essas condições excessivamente onerosas. Um dos argumentos apresentados é a diferença entre o comportamento do IGP-DI e do IPCA no período inicial do contrato. Entre 1998 e 2012, segundo os dados citados no documento, o IPCA acumulou 151,14%, enquanto o IGP-DI chegou a 247,66%.

Na prática, quando a atualização do estoque e os juros produziam um encargo superior ao valor que Minas conseguiria pagar, a parcela não quitada era incorporada ao saldo devedor. É esse mecanismo que a Auditoria Cidadã caracteriza como anatocismo, ou seja, incidência de juros sobre juros.

O tema não é meramente contábil. Ele ajuda a explicar por que, mesmo havendo pagamentos expressivos, o saldo não necessariamente diminui na mesma proporção.

UM DETALHE QUE VIROU QUESTÃO DE BILHÕES

O relatório também recupera uma análise realizada a partir de planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Fazenda à Comissão Especial da Assem-

bleia Legislativa de Minas Gerais que estudou a dívida.

Segundo a ACD, os cálculos utilizados teriam convertido a taxa anual de 7,5% em uma taxa mensal de 0,625% por meio de simples divisão por 12 e, depois, aplicado essa taxa de forma cumulativa. O resultado teria levado a uma taxa efetiva de 7,76% ao ano, acima dos 7,5% previstos contratualmente. No PROES, a taxa de 6% teria resultado, pela mesma metodologia, em 6,17% ao ano.

A diferença calculada pela Auditoria Cidadã, para o período analisado até 2011, ultrapassaria R\$ 2,1 bilhões.

É um dos achados que, segundo o documento, merecem aprofundamento.

A DÍVIDA NÃO ESTÁ ISOLADA DO RESTANTE DAS CONTAS PÚBLICAS

Outro ponto abordado no relatório é que a situação fiscal de Minas não pode ser analisada exclusivamente pelo lado do passivo.

A ACD também examina perdas de receitas decorrentes da Lei Kandir, que desonerou de ICMS as exportações de produtos primários e semielaborados. Segundo os dados utilizados no relatório, Minas acumulou perdas líquidas estimadas em R\$ 135,67 bilhões até 2015, em valores atualizados pela Selic.

O documento destaca que, em 2020, o Estado concordou com um acordo pelo qual receberia R\$ 8,7 bilhões, parcelados em 18 anos, em vez de buscar a recuperação integral do valor apontado como crédito. Essa é uma das questões que a ACD considera relevantes para um eventual encontro de contas entre créditos ➡

de Minas e débitos com a União.

Aqui, novamente, é importante separar duas questões: o relatório apresenta a estimativa e a interpretação da Auditoria Cidadã sobre essas perdas; já a dimensão jurídica e contábil de eventual compensação entre créditos e débitos exige análise própria.

E O QUE A SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS TEM A VER COM ISSO?

O relatório dedica uma parte significativa de sua análise às operações de securitização de créditos públicos realizadas em Minas Gerais por meio da MGí – Minas Gerais Participações S/A.

Em termos simplificados, securitização envolve antecipar recursos que seriam recebidos futuramente. O problema apontado pela ACD está na forma como determinadas operações foram estruturadas: segundo o relatório, fluxos futuros de receitas tributárias foram utilizados como garantia para operações financeiras, fazendo com que parte dos recursos não percorresse integralmente o orçamento público convencional.

A entidade cita emissões de debêntures realizadas pela MGí em diferentes anos. Uma delas, em 2012, envolveu R\$ 316 milhões captados, enquanto, segundo o relatório, o Estado teria oferecido garantias relacionadas a R\$ 1,819 bilhão em créditos tributários. Outras emissões ocorreram em 2014, 2015 e 2018.

Para a Auditoria Cidadã, essas operações precisam ser examinadas em profundidade, especialmente para determinar o volume de receitas públicas comprometidas e a natureza das obrigações assumidas pelo Estado.

AFINAL, JÁ É POSSÍVEL DIZER QUE A DÍVIDA É ILEGAL?

É aqui que a leitura do relatório exige cuidado.

A Auditoria Cidadã afirma ter identificado indícios de ilegalidades e ilegitimidades e defende uma auditoria integral da dívida. Mas o próprio documento reconhece que o trabalho ainda é preliminar e que diversas informações essenciais não estão disponíveis.

Segundo a entidade, não foi possível realizar de forma ampla todas as técnicas de auditoria porque faltam dados da contabilidade pública estadual e documentos relacionados à origem da dívida. A comprovação realizada até o momento ficou concentrada no confronto de dados oficiais da Secretaria de Estado da Fazenda, do Tesouro Nacional e de outras fontes disponíveis.

Entre as lacunas apontadas estão justamente informações sobre a origem dos passivos refinanciados, a composição atual do estoque da dívida e a natureza dos passivos dos bancos estaduais incorporados ao PROES.

Por isso, a conclusão central do relatório não é a de que todas as questões estejam definitivamente comprovadas. É a de que há elementos suficientes, na avaliação da ACD, para justificar o aprofundamento das investigações e a realização de uma auditoria integral, com acesso aos documentos e participação social.

POR QUE ESSA DISCUSSÃO IMPORTA PARA O CIDADÃO?

Dívida pública pode parecer, à primeira vista, assunto restrito a economistas, contadores, advogados ou gestores 🏠

públicos. Mas seus efeitos chegam ao orçamento — e, portanto, à capacidade do Estado de financiar políticas públicas.

O próprio relatório relaciona o serviço da dívida à disponibilidade de recursos para investimentos, infraestrutura e manutenção dos serviços públicos. A discussão, nesse sentido, ultrapassa a pergunta sobre quanto Minas deve e alcança outra questão: quanto da capacidade financeira do Estado fica comprometida por essa dívida e em que condições?

Para uma categoria cuja atividade está diretamente ligada à arrecadação e ao financiamento das políticas públicas, há ainda uma dimensão adicional. A discussão sobre dívida pública passa necessariamente pela compreensão de receitas, despesas, federalismo fiscal, estrutura tributária, capacidade de investimento e qualidade do gasto público.

O QUE O RELATÓRIO PROPÕE DAQUI PARA FRENTE?

A recomendação central da Auditoria Cidadã é clara: avançar para uma auditoria integral da dívida de Minas Gerais.

Para isso, o documento recomenda a obtenção, por meio da Lei de Acesso à Informação, dos dados que ainda não foram disponibilizados; a formação de equipes para aprofundar as análises; o planejamento da auditoria integral e a busca de participação do Poder Legislativo e da sociedade nesse processo.

O relatório também recomenda o aprofundamento das investigações sobre as operações de securitização de créditos públicos e a retomada da discussão sobre os valores relacionados à Lei Kandir.

No fim, talvez o principal mérito de uma discussão dessa natureza seja justamente recolocar uma pergunta que não deveria desaparecer do debate público: antes de discutir apenas como pagar uma dívida, não é necessário saber, com precisão, como ela foi formada, quais valores foram efetivamente devidos, quanto já foi pago e quais encargos produziram o saldo atual?

É essa investigação que o relatório preliminar da Auditoria Cidadã da Dívida defende. E é também o ponto em que termina o documento: não com uma conta definitivamente encerrada, mas com a indicação de que ainda há documentos, números e fatos a serem esclarecidos. ■

DÍVIDA DE MINAS EM 4 NÚMEROS

Visão Geral: *O histórico do refinanciamento da dívida do Estado de Minas Gerais com a União entre 1998 e 2025.*

1998 | Valor Original Refinanciado

R\$ 14,9 bilhões

Montante inicial atribuído ao Estado de Minas Gerais e refinanciado pela União no acordo de 1998.

1998 – 2025 | Total de Pagamentos

Realizados

R\$ 55,1 bilhões

Soma total paga pelo Estado em juros e amortizações ao longo do período, segundo o relatório.

Fim de 2025 | Estoque Atual da Dívida

R\$ 182,1 bilhões

Valor total do estoque calculado para o fim de 2025 pela soma das diferentes bases do Tesouro Nacional.

Crescimento | Multiplicação do Saldo

Devedor

12 vezes

Fator de multiplicação aproximado do estoque da dívida em relação ao valor original refinanciado em 1998.

ELEIÇÕES 2026

Associações lançam Pacto pelo Serviço Público

Em busca de informações e compromissos que possam esclarecer o eleitor, a AFFEMG e outras sete entidades lançaram um portal para que os candidatos aos cargos eletivos se comprometam com a garantia da democracia, com a valorização dos serviços públicos e com a defesa dos direitos sociais.

É o **www.pactopublico.org**

O Pacto pelo Serviço Público é um projeto que avalia e apresenta candidatos(as) a Deputado(a) Estadual, Deputado(a) Federal e Senador(a) comprometidos(as) com a valorização do funcionalismo público.

Foi apresentada para cada um dos políticos uma carta-compromisso. A carta-compromisso



misso possui seis eixos temáticos: direitos constitucionais fundamentais; direitos gerais da classe trabalhadora; direitos sociais; fortalecimento das instituições de Estado; defesa dos direitos dos servidores públicos; sistema tributário e orçamento público. Entre os principais pontos do documento estão o compromisso com o combate às privatizações, a melhoria dos serviços públicos e a justiça tributária.

Dezenas de políticos de 7 estados assinaram o documento. Confira no portal se o seu candidato assumiu o compromisso com o serviço público. ■



TRANSIÇÃO NO SINDIFISCO-MG

No dia 23 de setembro a Diretoria da AFFEMG esteve presente na AGE do Sindifisco-MG, que elegeu a Diretoria Executiva que conduzirá o Sindicato pelos próximos três meses, até a realização de novas eleições.

A nova gestão é formada por Deliane Lemos de Oliveira (presidente), Everson Gass (vice-presidente), Edson Vicente Ferreira, Luiz Eduardo Modesto, Andrea de Magalhães Barbalho, João Pedro Martins Ferreira e Darli da Costa França.

A Diretoria dará continuidade às deliberações da categoria e do Conselho Deliberativo.

ENTENDA

No dia 14 de setembro, a Diretoria Executiva, empossada no dia 10 de dezembro de 2025, comunicou sua renúncia coletiva por e-mail.

Na mensagem, a Diretoria explica que o motivo da renúncia coletiva foi o rompimento da confiança e do respeito entre a direção e parte da categoria, em meio à intensificação das divergências durante a mobilização dos Auditores Fiscais. Segundo o documento, os conflitos evoluíram para críticas e ataques pessoais e para manifestações de representantes sindicais de que a direção teria perdido a confiança dos cole-

gas e estaria atuando contra os interesses da categoria. Diante desse cenário, a diretoria concluiu que os valores e a forma de condução que nortearam sua eleição (diálogo, democracia participativa, respeito e atuação sem divisões) já não correspondiam à vontade predominante da categoria e, por coerência, decidiu devolver aos filiados a escolha de uma nova representação.

PRONUNCIAMENTO DA AFFEMG

Imediatamente a AFFEMG enviou, na mesma data, um pronunciamento em que manifestou preocupação e atenção diante da renúncia. A AFFEMG defende serenidade, respeito às divergências, diálogo responsável e preservação da unidade da categoria, ressaltando que o momento exige condução democrática, transparente e sem personalizações. A AFFEMG também conclamou os Auditores Fiscais a participarem ativamente do processo, apresentando ideias e propostas para o futuro da representação sindical, e reafirmou que continuará respeitando a autonomia do Sindicato, destacando que, apesar das divergências circunstanciais, permanecem comuns os interesses relacionados à defesa da carreira e à valorização do Auditor Fiscal. ■

Dia Estadual do AFRE

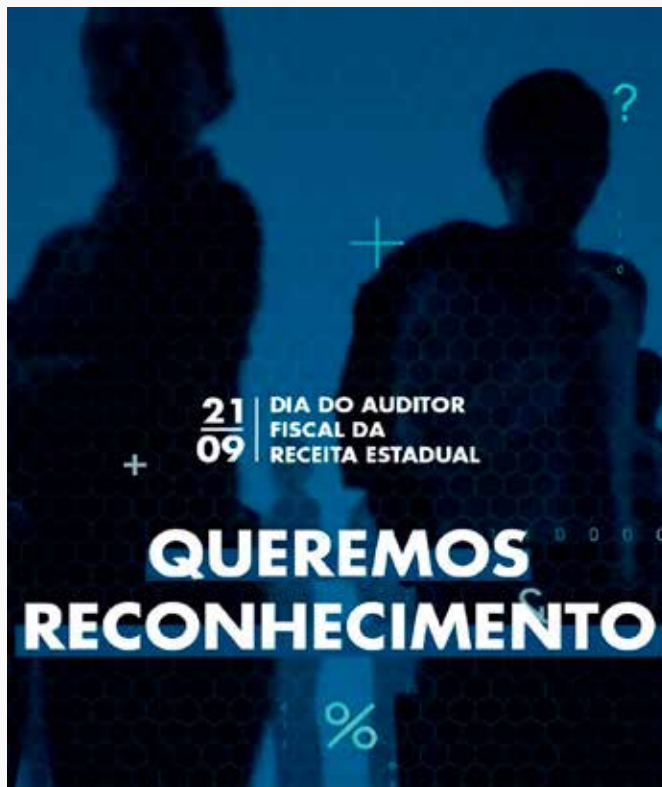
Uma conquista que reforça a importância de valorizar quem faz a Receita acontecer

Minas Gerais celebrou, pela primeira vez nesse mês de setembro, o Dia do Auditor Fiscal da Receita Estadual.

A iniciativa teve origem no Projeto de Lei nº 3.946/2025, de autoria do deputado Professor Wendel Mesquita. A proposta foi aprovada pela ALMG, consolidando no calendário estadual uma data que já era tradicionalmente celebrada em âmbito nacional: o dia 21 de setembro.

A criação da data reconhece a relevância de uma carreira essencial ao funcionamento do Estado e chegou em um momento em que a categoria cobra respeito e valorização efetiva.

A própria justificativa do projeto destaca a atuação desses profissionais na arrecadação tributária, na justiça fiscal e no financia-



“

O Projeto de Lei nº 5.234/2026, de autoria do Poder Executivo, por exemplo, está travado na ALMG desde o início do ano. É nesse contexto que a palavra valorização ganha um significado que vai além de uma data comemorativa.

”

mento das políticas públicas.

É uma conquista que merece ser registrada. Mas, para a AFFEMG, ela também convida a uma reflexão mais ampla.

Uma função que está por trás das políticas públicas

A atuação do Auditor Fiscal muitas vezes acontece longe dos olhos da sociedade. Está nos procedimentos de fiscalização, na análise de informações, no acompanhamento das operações econômicas e na aplicação da legislação tributária.

É um trabalho técnico que integra uma engrenagem maior: a capacidade do Estado de arrecadar os recursos necessários para financiar políticas e cumprir responsabilidades.

Durante audiência pública realizada pela Assembleia Legislativa em 2025 para discutir a criação da

data, representantes do setor destacaram justamente o papel dos Auditores Fiscais na arrecadação, na justiça fiscal e no equilíbrio das contas públicas.

Uma celebração em meio a desafios

O primeiro Dia Estadual do AFRE acontece em um momento que está longe de ser simples para a categoria. A representação dos Auditores Fiscais mineiros tem chamado atenção para questões relacionadas às condições da carreira, à remuneração e à necessidade de garantir perspectivas capazes de atrair e manter profissionais qualificados na Receita Estadual.

GRATIFICAÇÃO

O cenário também envolve a discussão sobre a gratificação que compõe a remuneração dos Auditores da Secretaria de Estado de Fazenda. O Projeto de Lei nº 5.234/2026, de autoria do Poder Executivo, por exemplo, está travado na ALMG desde o início do ano.

É nesse contexto que a palavra valorização ganha um significado que vai além de uma data comemorativa.

Valorizar significa também reconhecer a importância institucional da carreira, oferecer condições adequadas para o exercício da função e assegurar que o Estado tenha uma administração tributária preparada para os desafios do presente e do futuro.

A criação do Dia Estadual do Auditor Fiscal da Receita Estadual é, sem dúvida, um marco para a categoria em Minas Gerais.

“

Neste primeiro Dia Estadual do AFRE, a AFFEMG reafirmou o clamor por respeito, reconhecimento e valorização para esses profissionais que fazem a Receita acontecer.

”

PARABÉNS? NÃO BASTA!

Mas o primeiro 21 de setembro oficial de Minas não foi apenas uma ocasião para se dizer “parabéns”. Foi também um momento para lembrar que uma carreira essencial ao funcionamento do Estado precisa ser reconhecida não apenas no calendário, mas nas decisões que definem seu futuro.

Neste primeiro Dia Estadual do AFRE, a AFFEMG reafirmou o clamor por respeito, reconhecimento e valorização para esses profissionais que fazem a Receita acontecer. No dia 21, um vídeo com essa mensagem foi divulgado nas redes sociais e até o fechamento desta edição acumula mais de 2,2 mil visualizações. Veja no perfil da AFFEMG no Instagram e no Youtube.■

AFFEMG NO APENSAMENTO

No dia 12 de agosto, a AFFEMG reuniu uma comitiva e marcou presença em Brasília para defender uma pauta urgente: o apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006.

Vivemos um momento decisivo para fortalecer a defesa da PEC 6/2024. Se aprovada, poderá beneficiar mais de 3 milhões de brasileiros.

Estiveram em Brasília os conselheiros da AFFEMG, Francisco Lourenço, Maurício Prado, Marise Angélica Elerati, Maria Aparecida Meloni e os Associados, Matias Bairro, Edilson Oliveira e Fernando Mattos.

O QUE É?

O apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006 é uma exigência urgente de entidades de servidores públicos para acelerar o fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas.

O QUE SÃO AS PROPOSTAS?

■ PEC 555/2006

Pronta para votação em Plenário na Câmara



José Lourenço, Maurício Prado

ra dos Deputados, propõe o fim gradual da taxaçoão previdenciária sobre os proventos de servidores públicos inativos.

■ PEC 6/2024 (PEC Social)

Apresentada mais recentemente para retomar e atualizar o mesmo debate sobre o fim do desconto do INSS/regimes próprios para quem já se aposentou.



PELO APENSAMENTO URGENTE DA PEC 6/2024 À PEC 555/2006!

AFFEMG amplia diálogo com candidato e leva pautas do serviço público ao debate eleitoral

Durante o período eleitoral, entidade participou de iniciativas voltadas à escuta das candidaturas e à apresentação de demandas relacionadas à valorização do serviço público

Ao longo do período eleitoral de 2026, a AFFEMG participou de uma série de iniciativas destinadas a aproximar os representantes do serviço público das candidaturas e a colocar em discussão temas relacionados à valorização dos Servidores e ao fortalecimento das instituições de Estado.

A atuação integrou uma agenda de diálogo que buscou apresentar as pautas da categoria aos candidatos, conhecer diferentes propostas para Minas Gerais e ampliar os espaços de participação no debate sobre os rumos do Estado.

Uma das principais frentes foi o “Conversa com o Candidato”, iniciativa construída em uma parceria de 24 entidades de classe mineiras e voltada ao fortalecimento do processo democrático. A proposta foi promover sabatinas com os candidatos ao Governo de Minas, com atenção especial às propostas relacionadas ao Serviço Público.

A AFFEMG participou da organização da iniciativa e recebeu os encontros no auditório da sede, em Belo Horizonte, com transmissão pelo canal da entidade no YouTube. Todos os candidatos ao





Governo de Minas foram convidados a participar.

A primeira rodada ocorreu em 28 de julho, com Túlio Lopes (PCB) e Gabriel Azevedo (MDB). Em 10 de agosto, a AFFEMG recebeu Rafael Duda (PSTU) e Patrus (PT). Em 29 de setembro, foi realizado o encontro com Flávio Roscoe (PL).

O formato permitiu aos Associados acompanharem diretamente as propostas apresentadas pelas diferentes candidaturas e conhecer suas posições sobre questões relacionadas ao serviço público e à administração estadual.

PAUTAS DO FUNCIONALISMO NA AGENDA ELEITORAL

A participação da AFFEMG também se estendeu ao Pacto pelo Serviço Público, iniciativa que reuniu Associações e Entidades sindicais em torno da valorização do funcionalismo e da apresentação de compromissos às candidaturas de 2026.

A entidade integrou o grupo de organizações que participou da construção e divulgação da Carta-Compromisso com o Serviço Público, ao lado de entidades como Sindifisco-MG, Sindifisco Nacional DSBH, Sindireceita BH, Sindireceita JF, SINFISCO-BH, Sind-REDE/BH e Unafisco Minas Gerais.

A Carta reuniu pautas consideradas fun-

damentais para o serviço público e para a sociedade, incluindo a defesa dos direitos sociais, da saúde e da educação públicas e de qualidade, dos direitos das mulheres e do combate à violência de gênero.

A plataforma criada pelo Pacto passou a reunir informações sobre as candidaturas e os compromissos assumidos, permitindo o acompanhamento público das adesões à Carta-Compromisso.

Nesse contexto, a AFFEMG também recebeu e acompanhou candidatos que estiveram na entidade para conhecer as pautas do Pacto Público e assinar a Carta Compromisso. Entre eles, Geórgia Mendonça (PODEMOS), candidata a Deputada Estadual; Bella Gonçalves (PT), candidata a Deputada Federal e Rubão (PODEMOS),



Túlio Lopes (PCB) e seu vice



candidato a Deputado Federal.

Jarbas Soares (PSB), candidato a Vice-Governador na chapa de Patrus, esteve na entidade para conhecer as pautas do Pacto e apresentar suas ponderações. Posteriormente, Patrus (PT), candidato ao Governo de Minas, também recebeu a Carta-Compromisso com o Pacto pelo Serviço Público.



DIÁLOGO TAMBÉM COM OUTRAS ENTIDADES

A agenda da Diretoria não ficou restrita às ações realizadas na sede da AFFEMG. A Diretora-Presidente, Sara Felix, participou também de encontros promovidos por outras entidades representativas, ampliando

os espaços de diálogo com candidaturas.

Na Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (AOPMBM), Sara participou de conversas com os candidatos Aécio Neves (PSDB), que concorre ao Senado por Minas Gerais e Flávio Roscoe, candidato do PL ao governo de Minas Gerais.

REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Ao criar e ocupar espaços de diálogo, a AFFEMG levou ao debate questões relacionadas às carreiras de Estado, às condições de trabalho, à valorização dos servidores e à importância de uma administração pública estruturada e capaz de atender às necessidades da sociedade.

Mais do que acompanhar a disputa eleitoral, a atuação da Associação buscou fazer com que as pautas dos Servidores fossem apresentadas aos candidatos e consideradas na discussão sobre os caminhos de Minas Gerais.

O período eleitoral terminou, mas o diálogo institucional permanece como instrumento de representação e de defesa de um serviço público valorizado, eficiente e comprometido com a sociedade. ■

Entre a indignação e a gratidão: como proteger o que realmente importa

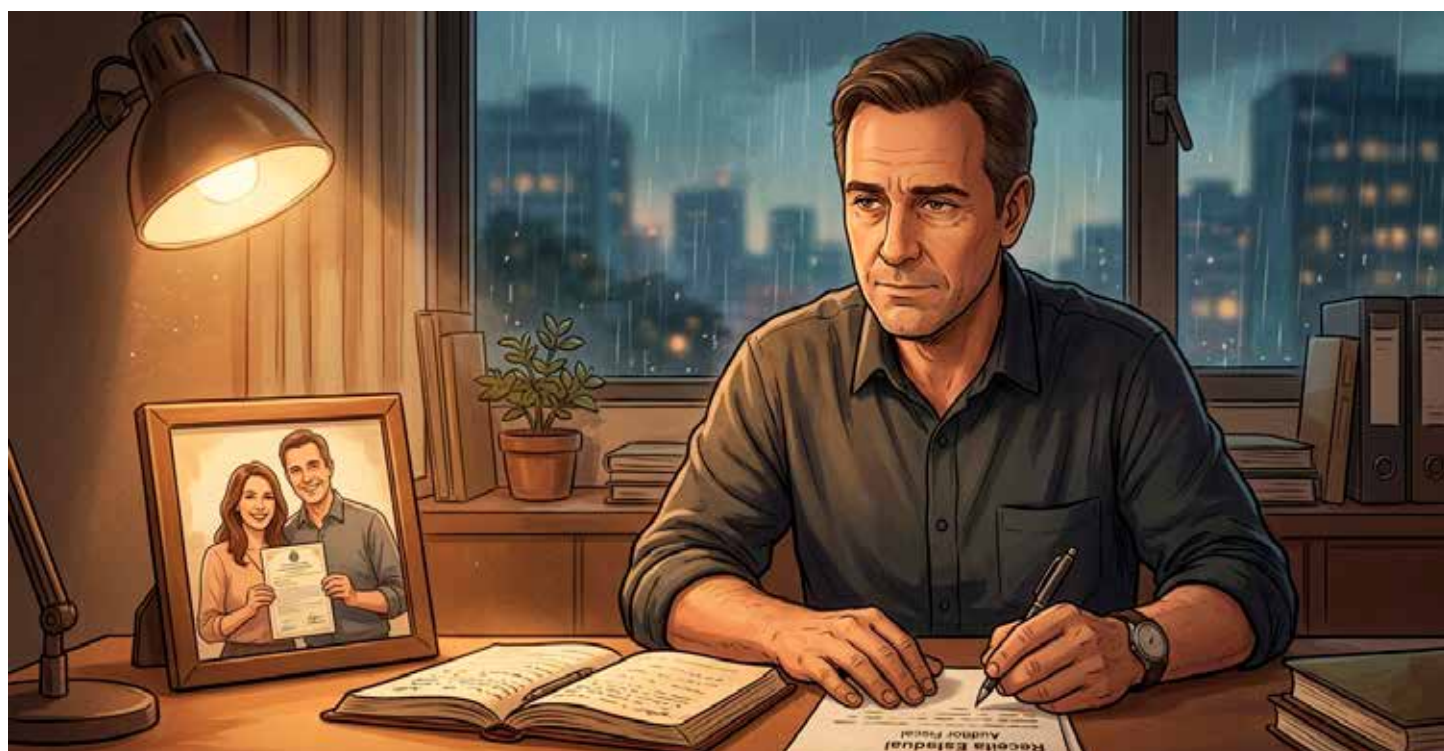
POR PEDRO MUGLIA

Se fecharmos os olhos por um instante e voltarmos no tempo, muitos de nós talvez consigam se lembrar da emoção que sentimos no dia de nossa posse. Para mim, o dia 23 de janeiro de 2024 carrega esse peso afetivo inesquecível. Naquele momento, ao assinar o termo e assumir o cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, a sensação era de que o maior sonho da minha vida profissional havia se concretizado.

Aquela assinatura não era apenas tinta no papel; era a coroação de um sacrifício imenso. Eram as milhares de horas debruçado sobre os livros, os incontáveis finais de semana em que abrimos mão do convívio com a nossa família, o cansaço acumu-

lado e a incerteza que acompanham a vida de quem estuda para um concurso dessa magnitude. Naquele dia, tudo valeu a pena. Com o passar dos anos e o mergulho na rotina, no entanto, é comum que a lente pela qual enxergamos a nossa carreira mude de foco. O contraste entre aquela alegria efervescente da posse e o nosso estado de espírito atual muitas vezes é gritante. Nos últimos tempos, temos focado grande parte da nossa energia nas dificuldades diárias — e elas, de fato, não são poucas.

Nossa insatisfação tem fundamentos reais, e nossas reivindicações são justas e verdadeiras. Esse incômodo profundo ganha contornos ainda mais revoltantes quando comparamos a situação do Fisco mineiro com a de nossos pares das outras uni-



dades da federação, e mais ainda quando, recentemente, pudemos comprovar a total indiferença do governo para com a nossa carreira e os nossos pleitos. É nosso dever não nos acomodarmos diante disso; a luta por melhorias e por uma valorização que faça jus à nossa importância para o Estado deve ser contínua e firme. O grande perigo, porém, surge quando permitimos que essa justificada indignação se transforme na única lente pela qual enxergamos o nosso dia a dia.

Quando passamos a focar apenas em reclamar das adversidades, corremos um risco silencioso: o de adoecer emocionalmente. Ao internalizar excessivamente os problemas da carreira, permitimos que a frustração profissional ultrapasse a porta da repartição em que trabalhamos, contaminando nossos relacionamentos e afetando diretamente a convivência com as pessoas que mais amamos, as mesmas que estiveram ao nosso lado quando o cargo era apenas um sonho distante.

Mais do que nunca, precisamos ter a sabedoria de direcionar a energia das nossas insatisfações aos nossos reais adversários. A indignação deve ser o combustível para as nossas cobranças e mobilizações legítimas junto àqueles que detêm o poder de mudar a nossa realidade. O que não podemos aceitar é que essa mesma indignação se transforme em um veneno que corrói a nossa paz, os nossos laços familiares, os laços de amizade e companheirismo construídos com nossos colegas de trabalho e, principalmente, os nossos próprios sentimentos e pensamentos diários.

É fundamental que façamos uma pausa para recalcular a rota dos nossos pensamentos. A psicologia nos oferece um

respaldo valioso nesse sentido. Como alerta o Dr. Robert Emmons, professor da Universidade da Califórnia e uma das maiores autoridades mundiais no estudo científico da saúde emocional: “A gratidão bloqueia emoções tóxicas, como o ressentimento e o arrependimento, que podem destruir nossa felicidade”. Que possamos lembrar que ser grato por ocupar uma função tão nobre e desejada como a de Auditor Fiscal não significa aceitar todo o descaso e desmantelamento que o governo tem nos imposto. Da mesma forma, ser grato por poder proporcionar segurança e conforto financeiro às nossas famílias não significa que estamos resignados por receber o pior salário entre os nossos pares das outras 26 unidades da federação. Mas que possamos usar a gratidão como nosso escudo, para que as armas que usamos na nossa luta não recaiam sobre nós mesmos e nos transformem em pessoas amarguradas e deprimidas.

Temos muito a agradecer a Deus pela base sólida que construímos. O fruto do nosso esforço nos permitiu construir uma trajetória profissional da qual podemos nos orgulhar. Que possamos manter acesa a chama da reivindicação e a vontade de construir uma carreira melhor para todos os Auditores Fiscais de Minas Gerais, mas sem deixar que o peso das batalhas ofusque a gratidão pelas nossas vitórias. Que saibamos separar o que é a luta profissional do que é a nossa essência e a nossa paz. Afinal, a nossa maior conquista não foi apenas passar em uma prova, mas garantir a tranquilidade e a alegria daqueles que caminham conosco. ■

O Aumento

José Roberto Moreira

autor de Causos Fiscais e Outros Causos



Reforma Tributária sem filtro: o que é mito e o que é verdade?



A Reforma Tributária já entrou no debate cotidiano, mas, entre números, previsões e certezas apressadas, nem tudo é exatamente como parece. Afinal, quem recebe aluguel terá mesmo de pagar IBS e CBS? Uma alíquota de 28% significará uma carga de 28% para todos? E a tão esperada simplificação virá sem custos de adaptação? Nesta coluna Mitos x Verdades, uma colaboração da Escola Superior das Administrações Tributárias (ESAT) com a Revista Conexão Fiscal, vamos além das afirmações que circulam no debate e colocamos cada uma delas à prova.

Quer se preparar para a Reforma com quem sabe? Então entre em contato com a ESAT e descubra como:

E-mail:
esat@afresp.org.br
WhatsApp: (11)
99621-2360

CONFIRA O QUE É MITO, O QUE É REALIDADE E QUAIS NUANCES PRECISAM ENTRAR NESSA CONVERSA:

Toda pessoa física que recebe aluguel pagará IBS e CBS.	MITO	Há critérios de enquadramento. De modo geral, somente terão que pagar IBS e CBS as pessoas físicas que, no ano anterior, cumulativamente, tiverem tido mais de 3 imóveis alugados e rendimentos com aluguéis superiores a R\$ 240.000,00.
As exceções tornam a alíquota padrão mais alta para quem fica de fora	REALIDADE	Para manter a arrecadação, desonerações e regimes favorecidos pressionam a alíquota aplicada às demais operações.
A carga tributária será de 28% para todos os contribuintes	MITO	Uma alíquota padrão de 28% não significaria essa carga para todos: há reduções de 30%, 60%, 70%, além de operações com alíquota reduzida a zero. No regime regular, o crédito amplo sobre aquisições de bens e serviços vinculados à atividade permite descontar o IBS/CBS das compras do imposto devido nas vendas. Assim, o recolhimento líquido varia conforme as reduções aplicáveis e os créditos aproveitados, podendo ser muito inferior a 28% e, até mesmo, em alguns casos, haver direito do contribuinte pleitear ressarcimento de saldos credores
A simplificação propiciada pela Reforma terá um custo de adaptação durante a transição	REALIDADE	Sistemas antigos e novos coexistirão durante a implantação, com substituição completa de ICMS e ISS apenas em 2033. Empresas precisarão adaptar documentos fiscais, sistemas e equipes, complexidade da transição que implica e a necessidade de investimentos e capacitação.

Agradecimento especial ao professor e autor Alan Martins, Auditor Fiscal do Estado de São Paulo, diretor da Afresp, membro da Comissão Técnica da Febrafite e Mestre em Direito pela Unesp. ■

OUT

12 **Festa das Crianças**
Vila Mares

17 **Festa das Crianças**
Belo Horizonte

22 **Encerramento da
Exposição de Artes**
Belo Horizonte

23 **Homenagem ao
Dia do Servidor**
Paranaíba

30 **Confraria Noite Italiana**
Belo Horizonte

NOV

13 **Encerramento do ano
do Espaço AFFEMG+**
Belo Horizonte

14 **Festa de Fim de Ano**
Vale do Sapucaí

27 **Festa de Fim de Ano**
Baixo Rio Grande

27 **Festa de Fim de Ano**
Oeste

27 **Festa de Fim de Ano**
Rio Doce

27 **Festa de Fim de Ano**
Mata

DEZ

02 **Cerimônia do Prêmio
Nacional de Educação Fiscal**
Brasília

03 **Festa de Fim de Ano**
Metalúrgica

05 **Festa de Fim de Ano**
Belo Horizonte

05 **Festa de Fim de Ano**
Norte

05 **Festa de Fim de Ano**
Paranaíba

11 **Festa de Fim de Ano**
Centro-Norte

19 **Festa de Fim de Ano**
Sudoeste

O LADO SOMBRIO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

O titã Prometeu presenteou a humanidade com o fogo, a primeira tecnologia utilizada por nossos ancestrais. Furioso com tamanha audácia, Zeus acorrentou-o ao cume do Cáucaso para ter seu fígado devorado diariamente por uma águia. Os clássicos contam também a história de Dédalo, que projetou asas presas com cera para fugir do Labirinto de Creta com seu filho Ícaro. Tomado pelo entusiasmo, o jovem voou perto demais do Sol, viu a cera derreter e despencou no mar Egeu. A mitologia já nos alertava: inovações extraordinárias costumam vir acompanhadas de efeitos colaterais imprevistos.

A história demonstra que os dissabores com o progresso não ficaram restritos aos mitos. No início do século XIX, na Revolução Industrial inglesa, os luditas destruíram teares mecânicos em protesto. Não eram trabalhadores avessos à evolução por teimosia, mas pais e mães esmagados por jornadas desumanas e salários miseráveis. A tecnologia multiplicou a fabricação de tecidos a custos reduzidos, beneficiando a sociedade consumidora, mas o custo social imediato foi suportado por quem não tinha defesas.

Hoje, os desafios dos avanços tecnológicos continuam presentes, com o agravante de um processo de inovação em velocidade alucinante. Há um fator psicológico que torna o cenário atual ainda mais complexo: a incapacidade do cérebro humano de compreender intuitivamente o crescimento exponencial.

Uma antiga lenda sobre a criação do xadrez ilustra essa limitação biológica. Ao ser perguntado pelo rei da Pérsia sobre sua recompensa por inventar o jogo, o sábio Sissa

pediu um grão de trigo pela primeira casa do tabuleiro, dois pela segunda, quatro pela terceira, e assim sucessivamente, dobrando a quantidade a cada casa até atingir a 64ª. O rei aceitou por julgar o pedido modesto. Pouco depois, matemáticos alertaram que a promessa era impossível: o total somaria mais de 18 quintilhões de grãos — o equivalente a toda a produção mundial de trigo por mais de mil anos. O crescimento exponencial começa devagar, mas foge rapidamente a qualquer estimativa linear.

Vivemos hoje o fenômeno da 64ª casa do tabuleiro. Se o telefone fixo levou 75 anos para atingir 100 milhões de usuários, o rádio precisou de 38 e o computador pessoal de 14. A Internet reduziu esse prazo para 7 anos, o WhatsApp para 3,5 anos, o TikTok para 9 meses e o Chat GPT para escassos 2 meses.

Essa aceleração atinge um patamar sem precedentes com a Inteligência Artificial Generativa. Pela primeira vez, dispomos de uma tecnologia capaz de aprimorar a si mesma, acelerando e automatizando o desenvolvimento de novos programas. O ciclo de evolução torna-se autoalimentado e exponencial.

Existe outra diferença crucial entre os avanços do passado e a atual transformação digital. Entre 1923 e 1974, a humanidade testemunhou invenções fabulosas, como os antibióticos, os plásticos e a exploração espacial. Contudo, tais tecnologias eram manipuladas por especialistas — médicos, químicos e engenheiros. O cidadão comum usufruía dos resultados sem precisar operar ferramentas nem mudar radicalmente seus hábitos.

A partir de 1975, do computador 🖥️



para pessoal aos chats baseados em modelos de Inteligência Artificial (como Chat GPT, Gemini e Claude), a revolução digital exige que cada indivíduo aprenda a interagir com novas tecnologias.

Para quem já passou dos 60 ou 70 anos — parcela mais expressiva e ativa da sociedade, essa aceleração pode soar exaustiva. Essa geração construiu sua vitoriosa trajetória com base no convívio interpessoal,

no diálogo direto e no atendimento presencial. A substituição repentina da interação humana por aplicativos causa um estranhamento legítimo. Afinal, somos animais sociais. Gente precisa de gente; sente falta do café compartilhado, do olho no olho, do aperto de mão e da empatia de uma conversa atenciosa.

Para instituições como a AFFEMG, surge o desafio de equilibrar eficiência operacional com o respeito às necessidades de seus Associados. Inovar é indispensável, mas demanda paciência para orientar e instruir, requerendo sistemas cada dia mais simples e a preservação de canais de atendimento humanizados. Não podemos esquecer que o ser humano, “maravilhosa obra de arte” na voz de Hamlet, de Shakespeare, é a razão de ser da tecnologia e deve permanecer no centro de qualquer processo de inovação. ■

FUNDAFFEMG atualiza Estatuto e reforça alinhamento às normas da ANS

Alterações aprovadas adequam a Operadora à nova regulamentação da autogestão e fortalecem sua estrutura para os próximos anos

A FUNDAFFEMG atualizou seu Estatuto Social para adequação às novas exigências regulatórias aplicáveis às operadoras de autogestão em saúde. Entre as principais mudanças está a possibilidade de ampliar a base de beneficiários, por meio da adesão de novas patrocinadoras e da adoção do modelo de multipatrocinio, fortalecendo as perspectivas de crescimento e sustentabilidade da Operadora.

As alterações aprovadas têm caráter regulatório e estratégico e não afetam a assistência prestada aos atuais beneficiários. Permanecem inalterados o atendimento, as coberturas, a rede credenciada e a qualidade dos serviços oferecidos.

As alterações foram desenvolvidas com apoio jurídico especializado e submetidas ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), que autorizou seu registro após verificar a conformidade com a legislação e a preservação das finalidades institucionais da Operadora.

De acordo com o diretor-presidente da FUNDAFFEMG, Munir Mitre, a atualização estatutária prepara a Operadora para os desafios futuros do setor de saúde suplementar: “A adequação às novas normas da ANS reforça nossa governança e contribui para a sustentabilidade da Operadora, mantendo o compromisso com a qualidade da assistência oferecida aos beneficiários”.



Como funciona a possibilidade de ampliação da base de beneficiários

Antes: o foco estava concentrado nos Associados da AFFEMG.

Agora:

- Permite a entrada de beneficiários vinculados a outras patrocinadoras conveniadas;
- Autoriza a celebração de Convênios de Adesão com pessoas jurídicas públicas ou privadas;
- Adota o modelo de multipatrocinio (participação de mais de uma patrocinadora vinculada à Operadora).

Importante destacar que a possível entrada de novos grupos ocorrerá em estruturas próprias e independentes do plano atual da FUNDAFFEMG. Para os beneficiários atuais, nada muda: permanecem inalterados o atendimento, as coberturas, a rede credenciada e a qualidade dos serviços oferecidos.

Outubro Rosa e Novembro Azul: cuidar de si é um ato de amor

Manter os exames preventivos em dia é uma forma de transformar esse cuidado em saúde

Sabemos que a rotina é cheia de compromissos e, no meio de tantas tarefas, é fácil deixar uma consulta ou exame para depois. Mas a prevenção deve ser sempre prioridade na agenda. Por isso, a FUNDAFFEMG lança a campanha Cuidar de Si é um Ato de Amor, incentivando os beneficiários a manterem o acompanhamento preventivo em dia.

O foco inicial da campanha é direcionado às mulheres, especialmente àquelas que estão com a mamografia ou o rastreamento do câncer do colo do útero em atraso. Mas o cuidado preventivo é importante para todos: para os homens, o lembrete inclui a atenção ao câncer de próstata e ao câncer de mama, que, embora seja raro entre eles, também pode ocorrer.

Prevenção é cuidar antes de existir um problema

Os exames de rastreamento ajudam a identificar alterações mesmo quando não existem sinais ou sintomas. Em alguns tipos de câncer, isso possibilita descobrir a doença ou as alterações precursoras em fases mais iniciais, favorecendo o acompanhamento e o tratamento.

A indicação e a periodicidade dos exames variam de acordo com idade, histórico, fatores de risco e avaliação profissional. Por isso, converse com seu médico de referência para saber quais cuidados são recomendados para você.



Mamografia: coloque esse cuidado na agenda

A mamografia de rastreamento permite identificar alterações suspeitas nas mamas antes mesmo de elas serem perceptíveis. Atualmente, o Ministério da Saúde considera prioritário o rastreamento bienal entre 50 e 74 anos, enquanto outras situações devem ser avaliadas individualmente.

Na FUNDAFFEMG, a Ação Mamografia BH e Interior do Sempre Saúde, é voltada a beneficiárias de 40 a 70 anos que estão há dois anos sem realizar o exame e prevê isenção de coparticipação para uma mamografia, conforme as condições do programa.

O rastreamento do câncer do colo do útero está mudando

As novas diretrizes brasileiras para rastreamento do câncer do colo do útero, atualizadas pelo Ministério da Saúde, passaram a recomendar o teste molecular de DNA-HPV oncogênico como método primário para a detecção da doença. O exame identifica tipos de HPV de alto risco associados ao desenvolvimento do câncer do colo do útero e apresenta maior sensibilidade para apontar alterações que precisam de acompanhamento.

Isso não significa, porém, que o Papanicolau deixou de existir. A implantação do novo teste é gradual, e o exame citopatológico continua sendo utilizado onde o DNA-HPV ainda não está disponível. Por isso, não deixe de realizar um exame já indicado ou agendado esperando pelo novo teste.

Seja a mulher da sua vida: priorize o autocuidado, mantenha seus exames em dia e faça da prevenção uma parte da sua rotina.

Coloque sua saúde em dia

Nos Espaços Sempre Saúde, a Atenção Primária à Saúde (APS) oferece acompanhamento contínuo, orienta sobre exames preventivos e coordena os encaminhamentos necessários para outros serviços da rede.

A FUNDAFFEMG também conta com uma rede credenciada de hospitais, clínicas e laboratórios em Minas Gerais. Para informações sobre prestadores, agendamento e realização dos exames, consulte a rede credenciada ou entre em contato com a Central de Atendimento/WhatsApp: (31) 2103-5858.

Cuidar da saúde é para todos



78.610

novos casos de câncer de mama feminino são estimados no Brasil para cada ano do triênio 2026-2028.



1%

dos casos de câncer de mama ocorre em homens. Embora seja raro, eles também podem desenvolver a doença.



77.920

novos casos de câncer de próstata são estimados no Brasil para 2026. O câncer de próstata é o tumor mais incidente entre os homens, desconsiderando os cânceres de pele não melanoma.

Fonte: Instituto Nacional de Câncer, 2026.



Prevenção não tem gênero

Mulheres e homens têm cuidados preventivos específicos e devem manter seu acompanhamento de saúde em dia, de acordo com a idade, histórico pessoal e familiar e orientação dos profissionais de saúde.

Cuidar de si é um ato de amor.



Mulher,

cuidar de você é
um ato de amor.

Você merece exame e atenção.
Aproveite o Outubro Rosa para se cuidar.

**Agende já seu
exame preventivo.**

A equipe do Espaço
Sempre Saúde está
à disposição para as
orientações necessárias.



(31) 2103-5858



**SEMPRE
SAÚDE**



VOCÊ CONHECE ESSA FACHADA, MAS NÃO A NOSSA NOVA VERSÃO BAIANA!

Há um ano, reinauguramos a Vila Mares em Santa Cruz Cabralia, pertinho de Porto Seguro: mais conforto, beleza e modernidade.

E VAMOS MOSTRAR TUDO PARA VOCÊ



Instalações remodeladas
e garantia de conforto do
início ao fim da estadia



Área de lazer revitalizada
com novas áreas gourmet



Restaurante climatizado e
reddecorado, sem perder a
tradição da culinária mais
aclamada da região!

Ainda não conheceu a nova Vila Mares?

Então, aproveite para "redescobrir" Cabralia

Reservas

turismo.reservas@affemg.com.br

Informações

☎ (31) 3289-5700 | opção 4



Longevidade, planejamento e proteção: como garantir autonomia e preservar o patrimônio familiar

Quando pensamos em futuro e longevidade, a primeira preocupação que vem à mente costuma ser a saúde. De que forma a proteção financeira e o seguro de vida se conectam a esse novo estilo de vida mais longo? É o que vamos descobrir com a diretora técnica de Vida e Previdência da Mapfre, Hilca Vaz. A convite da Fisco Corretora, ela conversa com a Conexão Fiscal sobre as vantagens e as principais dúvidas durante a contratação de uma apólice.

Conexão Fiscal – Estamos vivendo mais. É fundamental contratar uma proteção financeira e um seguro de vida?

Hilca Vaz – É muito natural associarmos longevidade à saúde, afinal, todos queremos viver mais. Mas existe uma reflexão fundamental que precisamos fazer: com que recursos essa vida mais longa será vivida? O avanço da medicina nos deu o privilégio de viver mais anos.

No entanto, viver duas ou três décadas após a aposentadoria exige um planejamento financeiro contínuo para manter o padrão de vida e a autonomia.

A longevidade amplia nosso ciclo de vida e traz novas necessidades de proteção. Não

se trata apenas de deixar um recurso na ausência do provedor, mas de garantir que o patrimônio e a renda acumulados ao longo de uma carreira dedicada fiquem protegidos contra grandes imprevistos de saúde. O Seguro de Vida atua como uma blindagem financeira, pois ele transfere para a seguradora o risco de despesas médicas elevadas, garantindo que suas reservas pessoais e familiares permaneçam intactas.

CF – Ainda existe no Brasil a percepção de que o Seguro de Vida serve apenas para casos de falecimento. O produto mudou? Como ele funciona para o segurado?

HV – Essa é uma mudança cultural importante. Historicamente, o seguro de vida nasceu voltado para a cobertura de óbito. Esse pa- ➔

pel continua essencial, mas o produto evoluiu imensamente e hoje a maioria dos acionamentos acontece para uso em vida.

A Mapfre, em parceria com a Fisco Corretora, oferece um produto para vida inteira

CF – É comum ver pessoas investindo mensalmente em assinaturas, tecnologia e lazer, mas relutando em contratar uma proteção financeira. Por que é tão difícil tangibilizar o valor do Seguro de Vida?

HV – Essa é uma questão de percepção de valor e educação financeira. Serviços digitais entregam um benefício imediato. O seguro de vida, por sua vez, entrega tranquilidade e proporciona uma proteção para um momento que torcemos para não chegar.

Muitas vezes, uma família investe valores significativos em pequenas despesas cotidianas sem notar, mas considera a apólice um custo extra porque falta a informação do impacto real de um imprevisto. No Brasil, apenas 17% da população possui Seguro de Vida, e menos de 10% contrataram uma apólice individual. Em países como Estados Unidos e Japão, esse número passa de 90%.

Quando compreendemos que o custo do tratamento de uma doença grave ou uma internação prolongada pode consumir anos de poupança acumulada, a perspectiva muda.

O Seguro de Vida deixa de ser visto como despesa e passa a ser reconhecido como a ferramenta mais barata e inteligente de proteção patrimonial.

CF – Para o servidor público e profissional que já possui uma rotina consolidada e certo patrimônio construído, qual é o principal argumento para incluir o Seguro de Vida no seu planejamento?

HV – Quanto maior o patrimônio e a estabilidade conquistados, maior é a responsabilidade de preservá-los. Um evento inesperado na área da saúde não avisa quando vai acontecer e pode gerar um impacto financeiro imediato.

O Seguro de Vida atua em duas frentes vitais. A primeira, na preservação de conquistas em vida. Diante de um diagnóstico complexo ou invalidez, a apólice garante liquidez imediata para custear tratamentos de alta tecnologia sem a necessidade de desfazer-se de bens, imóveis ou resgatar investimentos.

A segunda, por meio de sucessão e tranquilidade familiar, pois, em caso de ausência, o capital segurado é isento de inventário e de Imposto de Transmissão, garantindo recursos imediatos para que a família mantenha o padrão de vida sem sobressaltos burocráticos ou financeiros.

CF – Como a Mapfre torna o acesso a essas soluções mais simples e personalizado para os clientes?

HV – Apoiamos nossa estratégia em processos simplificados e jornadas digitais fluidas. Parcerias com o suporte da Fisco Corretora também tornam a experiência do segurado ainda mais exclusiva.

Também modernizamos o atendimento. O sinistro e a solicitação de assistências podem ser acionados via WhatsApp com apoio de inteligência artificial para o envio rápido de documentos, reduzindo etapas e garantindo agilidade no momento em que a pessoa mais precisa.

Na Mapfre, entendemos que proteger a vida e o patrimônio não é algo burocrático. É estarmos presentes com excelência, inovação e respeito em cada fase da jornada dos nossos clientes.



No mês de agosto, a Receita Solidária celebrou um marco muito especial: 15 anos de história, compromisso e transformação social.

Nossa trajetória começou de uma forma simples, mas com um propósito grandioso. A Receita Solidária nasceu nos corredores da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, idealizada por servidores que acreditaram que a solidariedade poderia ir muito além do ambiente de trabalho. Da união de pessoas dispostas a ajudar nasceu uma Associação que, ao longo dos anos, se tornou um instrumento de esperança para milhares de pessoas.

São 15 anos de muito trabalho, dedicação e compromisso com quem mais precisa.

Ao longo dessa caminhada, financiamos inúmeros projetos sociais que transformaram realidades e abriram novas oportunidades. Realizamos doações de cestas básicas, fraldas, cobertores, materiais de higiene e diversos outros itens essenciais. Levamos carinho e acolhimento em visitas a asilos, creches e instituições sociais, sempre acreditando que cada gesto de solidariedade tem o poder de mudar vidas.

Nada disso seria possível sem as pessoas que construíram essa história.

Nossa mais profunda gratidão aos fun-

dadores, que deram o primeiro passo e transformaram um sonho em realidade. Aos Associados, colaboradores, voluntários, parceiros e doadores, que, ao longo desses 15 anos, acreditaram na nossa missão e fizeram da solidariedade uma ação concreta. Cada contribuição, cada projeto, cada hora dedicada e cada gesto de generosidade ajudaram a escrever a história da Receita Solidária.

Celebramos tudo o que conquistamos até aqui, mas, acima de tudo, renovamos o nosso compromisso com o futuro.

A história da Receita Solidária continua sendo escrita todos os dias, por pessoas que acreditam que um mundo mais justo e humano é construído com pequenas atitudes que geram grandes transformações. Que venham muitos outros anos de trabalho, união e esperança.

Seguiremos juntos, fazendo a diferença, transformando vidas e espalhando solidariedade. Porque essa história ainda está só começando.

VOCÊ TAMBÉM PODE DOAR!

Chave PIX (CNPJ) – 14.934.501/0001-50
Qualquer valor é bem-vindo!

Um olhar para dentro, uma ação para o mundo

Em 22 de setembro, dia seguinte ao Dia do Auditor Fiscal, a AFFEMG inaugurou a 17ª Exposição de Artes Solitude, em cartaz até o dia 22 de outubro de 2026.

As obras de Associados reúnem diferentes olhares, linguagens e formas de expressão em uma experiência pensada para desacelerar, contemplar e se conectar com a arte.

A convite da Conexão Fiscal, a curadora da Exposição faz uma reflexão importante sobre o momento atual, a carreira de auditor e a relação de ambos com o tema deste ano: solitude!

Habitar-se para transformar

Na tangente das marginalizações advindas dos processos colonizatórios que constituem nossas origens, a construção de uma sociedade minimamente igualitária requer o zelo de instituições públicas. Requer agentes conscientes e atuantes na nobre função de trabalhar em prol da garantia de direitos, fazendo o provimento financeiro necessário para que se desenvolvam políticas públicas reparatórias. Retornos sociais aos mais fragilizados por um sistema que sobrepõe o ter ao ser.

Às vezes a hostilidade e o caos contemporâneo são apenas setas indicativas que nos impulsionam para a esperança de *Pandora, aquela que sempre resta, que permanece e se eterniza na concretude humana. Não como otimismo instagramável, mas sedimentado no enfrentamento da realidade.

Habitamos impreterivelmente em duas realidades propulsoras, a interior e a exterior. A forma como residimos em uma condiciona o modo como agimos em outra, porém, ambas exigem presença. Não é possível terceirizar ou remotizar.

Um corpo que reconhece sua territorialidade, sabe de suas potencialidades, reconhece

suas necessidades essenciais e admite seus limites. Podemos dizer que esse mapeamento é fruto da solitude; uma consciência que brota do estar em si. Todo corpo habitado também pode ser um corpo expandido.

São mais fortes os homens e mulheres que ainda se permitem sentir, mesmo quando lapidados pelas intempéries da desumanização. Seres que buscam reordenar seus afetos e vivenciam esse tempo propício para exaurir as falsas promessas. Corpos que, munidos de uma interioridade palpável, se empenham em exteriorizar boas escolhas e gestos de viabilização do bem coletivo.

Assim, queridos Auditores Fiscais do Estado de Minas Gerais, apropriem-se desse modo singular de atuação, habitem-se e continuem a colaborar para tornar o mundo um lugar melhor, principalmente para aqueles que dependem do produto do seu trabalho para terem o essencial.

Rosifreitas Bakir

Artista plástica, curadora da Exposição Solitude da AFFEMG e pesquisadora.

Mestre em artes pela UEMG, licenciada e bacharel em desenho e escultura pela UFMG

*Referência ao mito grego que narra a chegada da primeira mulher a terra – Caixa de Pandora.

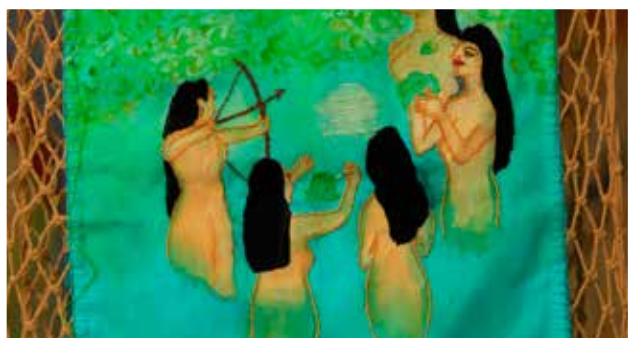
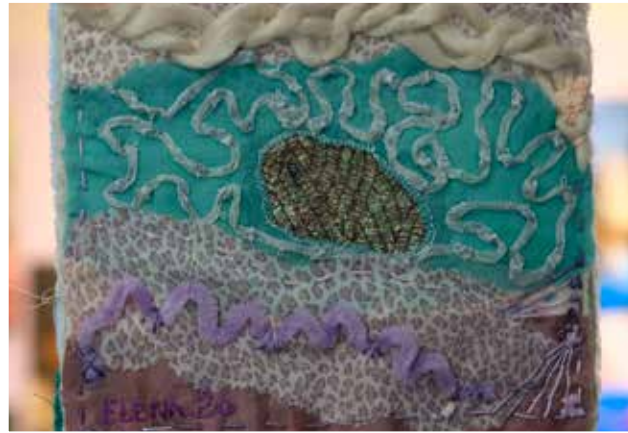
Exposição Solitude



Exposição Solitude



Representação
do Rio Amazonas
Mônica, Maria e André C. Costa
Exposição 2014/2015



Exposição Solitude



Galeria Festa da Família - Centro-Norte



Galeria Festa da Família - Vale do Sapucaí



Galeria Festa da Família - Oeste



Galeria Festa da Família - Mucuri

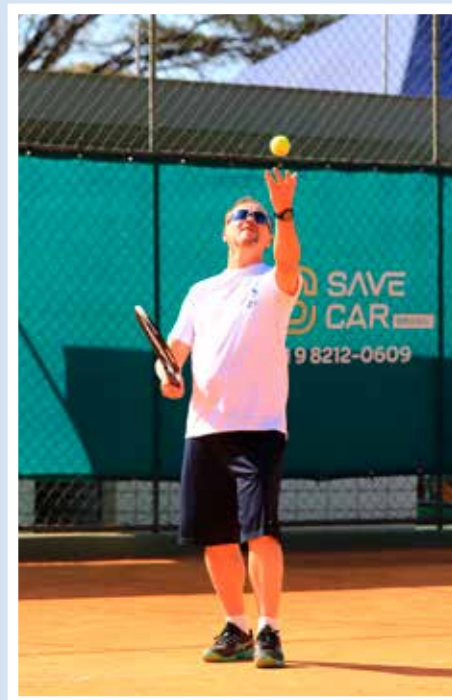


Galeria Festa da Família - Gov. Valadares





Galeria JOGOS AFFEMG 2026



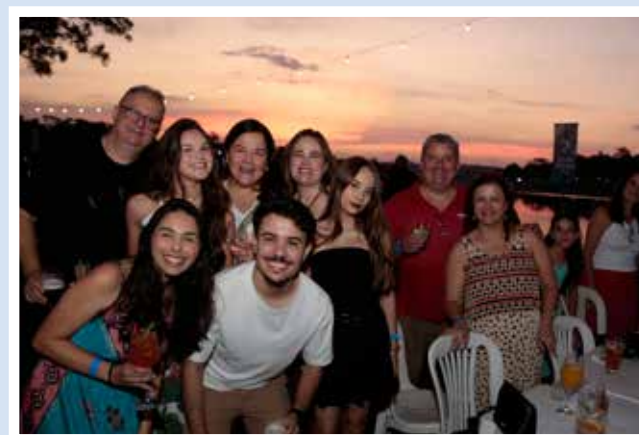
Galeria JOGOS AFFEMG 2026





Galeria JOGOS AFFEMG 2026

.....



Galeria Diálogos AFFEMG - Mucuri



Galeria Diálogos AFFEMG - Juiz de Fora



Galeria Diálogos AFFEMG - Uberlândia



Galeria Diálogos AFFEMG - Uberaba



Galeria Diálogos AFFEMG - Governador Valadares















- Sr. Olívio Orlando Paschoalino, Associado, faleceu no dia 21 de julho de 2026, na cidade de Juiz de Fora/MG.
- Sra. Maria D'ajuda Fonseca de Campos, pensionista, faleceu no dia 20 de julho de 2026, na cidade de Belo Horizonte/MG.
- Sra. Ruth Nogueira Oriolo, Pensionista, faleceu no dia 07 de julho de 2026, na cidade de Borda da Mata/MG.
- Sr. Milton Martins Toledo, Associado, faleceu no 22 de julho de 2026, em São Paulo.
- Sra. Cremilda Luiza de Almeida, Associada, faleceu no dia 22 de julho de 2026, na cidade de Belo Horizonte/MG.
- Sra. Aurora de Souza Rocha Franca, filiada Substituta, faleceu no 23 de julho de 2026, em Belo Horizonte/MG.
- Sra. Teresinha Espedita Gomes, pensionista, faleceu no dia 18 de junho de 2026, na cidade de João Monlevade/MG.
- Sr. Aluysio Eberle, Associado, faleceu no dia 04 de agosto de 2026, na cidade de Juiz de Fora/MG.
- Sr. David Assis Mourão, Associado, faleceu no dia 11 de agosto de 2026, na cidade de Frei Inocência/MG.
- Sr. Anselmo Medrado Fernandes, Associado, faleceu no dia 10 de agosto de 2026, na cidade de Serra/ES.
- Sra. Maria do Carmo Avila Moreira de Araújo, Associada, faleceu no dia 18 de agosto de 2026, na cidade de Belo Horizonte/MG.
- Sr. Celio Maury da Silva, Associado, faleceu no dia 21 de agosto de 2026, na cidade de Juiz de Fora/MG.
- Sra. Altair Alves Braga, pensionista, faleceu no dia 15 de agosto de 2026, na cidade de Belo Horizonte/MG.
- Sr. José Reis Aziz Antônio, Associado, faleceu no dia 09 de setembro de 2026, na cidade de Belo Horizonte/MG, onde residia.
- Sra. Maria Celia Marcassa de Queiroz, pensionista, faleceu no dia 09 de setembro de 2026, na cidade Poços de Caldas/MG.
- Sra. Zenilda Minucci Bicalho, pensionista, faleceu no dia 02 de setembro de 2026, na cidade Belo Ho-

rizonte/MG, onde residia.

- Sr. Ronaldo Pereira Lima, Associado, faleceu no dia 17 de setembro de 2026, na cidade Uberlândia/MG, onde residia.
- Sra. Sirley Perpétuo Socorro Serra, Associada, faleceu no dia 21 de setembro de 2026, na cidade de Belo Horizonte/MG.
- Sra. Maria Auxiliadora Aramuni e Silva, pensionista, faleceu no dia 23 de setembro de 2026, na cidade de Belo Horizonte/MG.
- Sra. Claudina Ramos Lopes, pensionista, faleceu no dia 25 de setembro de 2026, na cidade de Montes Claros/MG, onde residia.
- Sra. Maria Nair de Oliveira Bertolin, mãe do Associado Jorge Odécio Bertolin, faleceu no dia 03 de outubro de 2026.
- Sr. Galileu Teixeira de Souza, Associado, faleceu no dia 03 de outubro de 2026, na cidade de Governador Valadares/MG, onde residia.

CLASSIFISCO

VENDE-SE

CASA DE 3 ANDARES

(DIVIDIDA EM 3 RESIDÊNCIAS)
2 ANDARES POSSUEM 4
QUARTOS E 1 ANDAR POSSUI 3
QUARTOS.

7 VAGAS DE GARAGEM

ATRÁS DO HOSPITAL BELO
HORIZONTE

ÓTIMO VALOR E
LOCALIZAÇÃO.

PREÇO A COMBINAR

TRATAR:
(31) 998822-2202- SOLANGE

A AFFEMG TEM DIVERSOS BENEFÍCIOS PARA VOCÊ!



Faculdades



Escolas



Gastronomia



Drogarias



Lazer



Beleza



Vestuário



Calçados



Cinemas



Combustíveis



Joias

E MAIS...

Saiba mais em affemg.com.br na área **SERVIÇOS – Convênios**

PLANOS DE TELEFONIA

Aparelhos, dados e ligações com muita economia

O celular ideal e com preço muito abaixo do mercado, só com os planos corporativos da AFFEMG.

Já tem o celular? Não importa: o que vale é economizar! Faça sua portabilidade ou inicie um novo plano com as principais operadoras de telefonia e condições exclusivas que a AFFEMG negociou para você.

DIFERENCIAL

A AFFEMG acompanha seu plano com você e dá todo o suporte de relacionamento com a operadora: menos dor de cabeça e sem musiquinha na espera!

Saiba mais em affemg.com.br na área **SERVIÇOS – Convênios**

O BENEFÍCIO QUE JÁ É SEU AO ACESSO DE QUEM VOCÊ AMA

POR MENOS DO QUE VOCÊ IMAGINA



Como associado, você já conta com um benefício exclusivo, o amparo do Grupo Zelo. Inclua seus dependentes no plano, pelo **preço de um pão de queijo e café**, e garanta tranquilidade para todos da sua família.

Saiba mais: fale com o Setor de Convênios da AFFEMG e tire todas as suas dúvidas sobre a adesão de seus dependentes.

Atendimentos (31) 3289-5700 – Opção: 05 Corporativo

FISCO CORRETORA & MAPFRE: **BENEFÍCIO + PRÊMIOS** **EXCLUSIVOS PARA VOCÊ!**



Neste fim de ano, quem tem **Seguro de Vida Mapfre + Fisco Corretora** vai participar de uma ação inédita repleta de prêmios!

Se você ainda não tem um seguro de vida com a gente,
então corra que ainda dá tempo!

Entre em contato agora: ☎ (31) 32895700 ou fisco.corretora@fiscocorretora.com.br

**AO LONGO DOS PRÓXIMOS MESES FIQUE DE OLHO
NAS NOSSAS COMUNICAÇÕES E BOA SORTE!**